

Vereadores aprovam em segunda votação reposição salarial dos servidores

Redação com Assessoria
redacao@diariodosudoeste.com.br

O Projeto de Lei 29 de 2023, de autoria do Executivo de Pato Branco, que concede a reposição anual de anual dos vencimentos aos servidores e empregados públicos municipais da Prefeitura de Pato Branco, agentes políticos e membros do Conselho Tutelar, foi aprovado em segunda votação, em Sessão Extraordinária, na quinta-feira (30).

A sessão foi realizada no Largo da Liberdade e marcou o fim das Sessões Itinerantes e a volta dos trabalhos para a Câmara Municipal, no Plenário Vereador Alberto Geron, que passou por obras de reestruturação, para garantir melhor acessibilidade.

Primeira votação

Também em primeira votação, aprovado o Projeto de Lei nº 24, de 2023, de autoria da Mesa Diretora da Câmara concedendo a reposição salarial aos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal.

Da mesma forma que o PL do Executivo, o projeto do Legislativo estabelece percentagem de 5,47%, de acordo com a variação do

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulada no período anual compreendido de março de 2022 a fevereiro de 2023.

Greve

Após a votação do PL 29 de 2023, que também trata da aplicação do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, o vereador Claudemir Zanco – Buriba (PL) comentou a Assembleia Extraordinária da APP Sindicato, na tarde da quarta-feira (29), referente aos profissionais da educação de Pato Branco.

Conforme o vereador, a APP Sindicato, tendo por base o Portal da Transparência do Município foi apontado demandas de alguns anos, entre eles a implantação do piso total do Magistério.

Na assembleia os professores da Rede Municipal de Ensino, deliberaram para a realização de greve em 26 de abril.

Segundo a presidente da APP Sindicato, Diuliana Baratto uma série de ações passam a ser desenvolvidas



Sessão extraordinária foi a última dentro do projeto itinerante do Legislativo, durante a reforma do Plenário

para informar a comunidade escolar (pais e responsáveis) sobre a greve, com a realização de audiência pública na Câmara, panfletagem e solicitação de mesa de negociação com o Executivo Municipal, para tratar da pauta da categoria. “Em havendo um denominador comum, entre classe e o Executivo, podemos antecipar a assembleia e voltarmos atrás com relação essa decisão de greve”, explicou a

presidente da APP.

Conforme a APP Sindicato, em consulta ao Portal Transparência, são 987 educadores da Rede Municipal de Ensino.

Retorno ao plenário

Após dois meses de Sessões Itinerantes, realizadas com o intuito de aproximar o Poder Público dos cidadãos, enquanto o Plenário Vereador Alberto Geron passava por obras de rees-

truturação, para promover uma melhor acessibilidade, na próxima segunda-feira (3 de abril), os trabalhos retornarão para a Casa, com uma cerimônia de entrega das obras iniciando às 13h e com a Sessão Ordinária tendo início, normalmente, às 13h30.

O ano Legislativo iniciou em 1º de fevereiro de 2023, com a Sessão Ordinária sendo realizada no Largo da Liberdade. Ao longo

do período, também foram realizadas Sessões na Delegacia da Mulher, Associação Empresarial de Pato Branco (ACEPB), Centro Universitário de Pato Branco (UNIDEP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Sindicato Patronal do Comércio Varejista de Pato Branco e Região (Sindicómércio), Centro Universitário Mater Dei (UNIMATER) e CEU das Artes e dos Esportes.

A ESCOLA CARLOS ALMEIDA - APAE PATO BRANCO ESTA ARRECADANDO ROUPAS, CALÇADOS, ACESSÓRIOS E UTENSÍLIOS QUE ESTEJAM EM BOM ESTADO PARA REALIZAR UM MEGA BAZAR.

SE VOCÊ QUER DESAPEGAR PRATICANDO UMA BOA AÇÃO NOS CHAME PELO WHATSAPP (46)98413-9370 QUE IREMOS BUSCAR SUA DOAÇÃO.

**PRATICANDO
O
DESAPEGO**



**APAE
PATO BRANCO**

Carta dos municípios cobra reformas tributária e previdenciária

Agência Brasil

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) divulgou, na quinta-feira (30), a Carta da XXIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, na qual apresenta estudos e propostas de enfrentamento para os principais problemas vividos pelos gestores públicos do país. Entre os principais pedidos figuram as reformas da Previdência, fiscal e tributária, além da prorrogação da nova Lei de Licitações.

Segundo o presidente do CNM, Paulo Ziulkoski, o evento reuniu mais de 11 mil participantes entre prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais, ve-

readores e outros agentes municipais em quatro dias de programação. As sugestões serão entregues aos presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva; da Câmara, Arthur Lira; do Senado, Rodrigo Pacheco, e aos ministros do Executivo e do Supremo Tribunal Federal (STF).

O documento encaminhado pela CNM apresenta quatro propostas de emenda à Constituição. “Uma para estender aos municípios os benefícios da Reforma Previdenciária, que priorizou apenas as contas da União; outra para viabilizar a coincidência das eleições; também foi proposta a imposição de atualização per-

manente dos valores dos programas federais; e o Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) defendeu uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que estende a licença-maternidade às gestoras municipais”, afirma a carta.

Licitações

Em relação à Lei de Licitações, a expectativa é de que, nos próximos dias, o governo federal publique uma medida para estender até março do ano que vem o prazo para que os gestores possam atender a nova legislação. Na avaliação dos prefeitos, essa medida é fundamental para evitar impactos negativos na administra-

ção pública municipal.

A CNM também pleiteia “a prorrogação do prazo até 1º de abril de 2024 para a entrada em vigor da obrigatoriedade de as administrações municipais adotarem os regulamentos da nova lei de licitações, permitindo um prazo maior para que os gestores se adaptem às novas regras”, aponta o documento.

Também durante o evento, o Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) entregou a parlamentares uma proposta para garantir direitos às mulheres que estão em cargos políticos, dentre eles, licença gestante, férias remuneradas e 13º salário.